

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2017**

**Chamada Pública n.º 01/2017, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º 26/2013.**

O Conselho da **Escola Estadual de Ensino Médio Professor Orlando Cavalcanti Gomes**, pessoa jurídica de direito público privado, com sede na Rua Nereu Ramos, n.º S/N.º, bairro Cristo Redentor, município de João Pessoa, CEP 58.070-440, Estado da Paraíba inscrita no CNPJ sob n.º **01.524.296/0001-02**, representada neste ato pelo (a) presidente senhor(a) **Shelzea Maria Bezerra Oliveira**, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto na Resolução CD/FNDE n.º 26 de 17 de junho de 2013, alterada pela Resolução CD/FNDE/ n.º 04 de 02 de abril de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para a **EEEM Professor Orlando Cavalcanti Gomes**, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores, conforme quadro abaixo:

<b>DATA DE ABERTURA DO EDITAL</b>	<b>01/09/2017</b>
<b>DATA DE FECHAMENTO DO EDITAL</b>	<b>20/09/2017</b>
<b>DATA DE ENTREGA DAS AMOSTRAS</b>	<b>20/09/2017</b>
<b>DATA DO RESULTADO FINAL</b>	<b>22/09/2017</b>

**1. Processo de Habilitação:**

1.1. Para o processo de habilitação, os Fornecedores da Agricultura Familiar ou do Empreendedor Rural Familiar, em conformidade com sua Declaração de Aptidão ao PRONAF, (Fornecedores Individuais, Fornecedores dos Grupos Informais e Fornecedores dos Grupos Formais), deverão entregar em envelope fechado ao Conselho

Escolar os documentos prescritos no art. 27 da Resolução/CD/FNDE nº 04 de 02 de abril de 2015.

**1.2. Os documentos para FORNECEDORES INDIVIDUAIS, detentores de DAP Física, não organizados em grupo, são:**

- a) A prova de inscrição no cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) O extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 (trinta) dias;
- c) O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
- d) A prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção do agricultor familiar ou do empreendedor familiar rural, relacionada no projeto de venda.
- f) Alvará de vigilância sanitária, quando for ofertado produtos que sejam submetidos ao controle e fiscalização sanitária, nos termos da Lei n. 9.782/1999, e demais instrumentos legais que regulem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- g) **Declaração que não ultrapassou o valor anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil) por DAP/Ano, sob pena de arcar com as sanções cabíveis.**

**1.3. Os Documentos para GRUPOS INFORMAIS de Agricultor Familiar e Empreendedor Familiar Rural, são:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante; emitido nos últimos 30 (trinta) dias;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção do agricultor familiar ou do empreendedor familiar rural, relacionada no projeto de venda.

f) Alvará de vigilância sanitária, quando for ofertado produtos que sejam submetidos ao controle e fiscalização sanitária, nos termos da Lei n. 9.782/1999, e demais instrumentos legais que regulem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

**g) Declaração que não ultrapassou o valor anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil) por DAP/Ano, sob pena de arcar com as sanções cabíveis.**

**1.4. Os Documentos para GRUPOS FORMAIS da Agricultura Familiar e de Empreendedor Familiar Rural constituídos em Cooperativas e Associações, são:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 30 (trinta) dias;

c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;

d) Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

e) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;

f) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

g) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos da produção de agricultores familiares rurais ou dos empreendedores familiar rurais, relacionada no projeto de venda e que esteja vinculado a associação, cooperativa ou qualquer outra forma de associação;

h) Declaração de Responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda dos cooperados e/ou associados.

g) Alvará de vigilância sanitária, quando for ofertado produtos que sejam submetidos ao controle e fiscalização sanitária, nos termos da Lei n. 9.782/1999, e demais instrumentos legais que regulem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

**1.5. Os envelopes podem ser entregues junto ao Conselho Escolar dentro do prazo fixado no Edital, inclusive no dia da realização dos trabalhos, sendo vedada a exigência de data específica para entrega antecipada.**

**1.6. Os envelopes somente devem ser abertos quando da data da realização dos trabalhos, na presença dos participantes, devendo os membros da Comissão de Licitação rubricarem eventuais cópias dos documentos apresentados, a fim de evitar substituição ou retiradas de documentos na ausência dos participantes.**

## **2. Limite de Venda:**

2.1. Para a comercialização do Agricultor Familiar individual e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), **por DAP por ano**, conforme disciplinado no art. 24 da Resolução CD/FNDE n.º 26 de 17 de junho de 2013, alterada pela Resolução CD/FNDE/ nº 04 de 02 de abril de 2015.

2.2. Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP Familiar, inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

2.3. Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a Entidades Executoras a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais.

2.4. Cabe às Entidades Executoras a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos informais e agricultores individuais. A esta também compete o controle do limite total de venda das cooperativas e associações nos casos de comercialização com grupos formais.

**3. A Seleção do projeto de venda dos participantes deverá obedecer ao critério previsto no art. 25 da Resolução nº 26/2013, divididos em:**

- 1º - Grupo de projetos de fornecedores locais;
- 2º - Grupo de projetos do território rural;
- 3º - Grupo de projetos do Estado; e
- 4º - Grupo de propostas do País.

3.1. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- 1º - **Grupo de projetos de fornecedores locais** terá prioridade sobre os demais grupos;
- 2º - **Grupo de projetos de fornecedores do território rural** terá prioridade sobre o do estado e do País;
- 3º - **Grupo de projetos do estado** terá prioridade sobre o do País.

3.2. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- 1º - **Assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas**, não havendo prioridade entre estes;
- 2º - **Fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos**;
- 3º - **Grupos Formais** (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica);
- 4º - **Grupos Informais** (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos); e
- 5º - **Fornecedores Individuais** (detentores de DAP Física)

3.3. No caso de empate entre grupos formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade

os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na (s) DAP (s).

3.4.6. No caso de empate entre Grupos Formais, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica.

3.5.7. Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

#### **4. Definição de Preços:**

4.1. Os preços definidos nesta Chamada Pública estão de acordo com o Art. 29 da Resolução CD/FNDE n.º 26 de 17 de junho de 2013, alterada pela Resolução CD/FNDE/ nº 04 de 02 de abril de 2015, onde se realizou pesquisa de mercado, priorizando as feiras da agricultura familiar;

4.2. O levantamento completo da pesquisa de preços encontra-se com o Conselho Escolar e disponível para consulta pública;

**4.3. O levantamento completo da pesquisa de preços pode ser acessado através do endereço eletrônico**

[www2.emater.pb.gov.br/intranet/sge/baixar\\_arquivos\\_municipio.php?tipo=pesquisadeprecos](http://www2.emater.pb.gov.br/intranet/sge/baixar_arquivos_municipio.php?tipo=pesquisadeprecos)

4.4. Considera-se valor inexequível, a proposta que não atenda às exigências do ato convocatório, ou com preços manifestadamente impraticáveis no comércio local (inciso II, do Art. 48, da Lei nº 8.666/93).

4.5. A título de definição, considera-se o preço manifestadamente inexequível quando ultrapasse 10% (dez por cento) do preço médio.

4.6. O Fornecedor que ultrapassar o 10% do valor médio constante no edital, e não se tratar de produtos agroecológicos ou orgânicos será automaticamente desclassificado.

#### **5. Das Amostras dos Produtos**

5.1. Imediatamente após a fase de habilitação, o (os) projeto (os) classificado (os) e habilitado (os), deverão entregar amostras dos produtos junto a comissão de licitação, situada na EEEM Professor Orlando Cavalcanti Gomes, situada à Rua Nereu Ramos, nº

S/Nº, bairro Cristo Redentor, município de João Pessoa, CEP 58.070-440, até o dia **04/09/2017**.

5.2. As amostras dos produtos poderão ser previamente solicitadas de acordo com a sazonalidade e cronograma de entrega previsto neste edital, onde os produtos serão submetidos ao controle de qualidade.

5.3. A avaliação dos produtos a serem comercializados se dará a partir de três critérios:

I. Se atendem às especificações da Chamada Pública;

II. Se possuem certificação sanitária, quando houver essa exigência;

III. Se atendem ao teste de amostra, em que seja possível qualificar as suas características sensoriais.

5.4. O resultado da análise dos produtos será publicado em até 03 dias úteis após o prazo da apresentação das amostras.

## **6. Da entrega dos produtos:**

6.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na **EEEM Professor Orlando Cavalcanti Gomes**, situada à Rua Nereu Ramos, nº S/Nº, bairro Cristo Redentor, município de João Pessoa, CEP 58.070-440, de acordo com o Calendário de Entrega disponível no anexo II deste edital.

## **7. Da Qualidade dos Produtos:**

7.1. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

## **8. Da Formalização:**

8.1. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar ou do Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar, que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo III – Dos Contratos, da Lei 8.666/1993.

### **9. Pagamento**

9.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da ordem de compra, por meio de transferência online, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

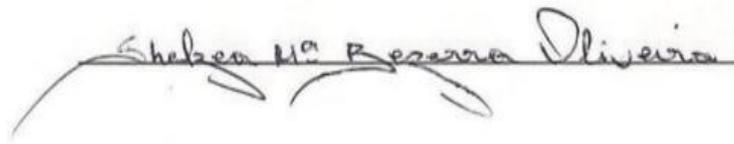
9.2. Os recursos destinados a execução do contrato, são operacionalizados através de conta do Banco Brasil.

9.3. Caso o fornecedor tenha conta diversa a especificada no item supracitado, a mesma arcará com despesas referente a transferências bancárias entre outras contas (DOC/TED)

### **10. Gêneros Alimentícios a serem adquiridos para a alimentação escolar: Vide Anexo I.**

### **11. Calendário de entrega: Vide Anexo II.**

João Pessoa – PB 01 de setembro de 2017.



Presidente do Conselho

**ANEXO I.**

**RELAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AQUISIÇÃO**

	ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO(R\$)
1	Alho	KG	20	22,00
2	Batata doce	KG	1000	4,00
3	Batata Inglesa	KG	140	4,50
4	Bolo caseiro	KG	200	10,00
5	Carne Bovina moída	KG	400	14,00
6	Carne bov sem Osso	KG	400	18,00
7	Cebola	KG	300	4,50
8	Cenoura	KG	150	4,50
9	Chuchu	KG	140	4,00
10	Feijão Macassar	KG	200	6,00
11	Frango	KG	300	7,00
12	Inhame	KG	1000	8,00
13	Macaxeira	KG	1400	4,00
14	Melão	KG	500	4,00
15	Ovos	UN	600	11,00
16	Pão Francês	KG	3500	10,00
17	Tomate	KG	200	4,50

**ANEXO II**
**CALENDÁRIO DE ENTREGA**

ITEM	GENERO ALIMENTICIO	LOCAL DE ENTREGA	QUANTIDADES	PERIODICIDADE
01	Alho	EEEM Prof Orlando C. Gomes	03	Quinzenal
02	Batata doce	EEEM Prof Orlando C. Gomes	14	Quinzenal
03	Batata Inglesa	EEEM Prof Orlando C. Gomes	25	Quinzenal
04	Bolo caseiro	EEEM Prof Orlando C. Gomes	16,66	Quinzenal
05	Carne Bovina moída	EEEM Prof Orlando C. Gomes	50	Quinzenal
06	Carne bov sem Osso	EEEM Prof Orlando C. Gomes	25	Quinzenal
07	Cebola	EEEM Prof Orlando C. Gomes	16,66	Quinzenal
08	Cenoura	EEEM Prof Orlando C. Gomes	100	Quinzenal
09	Chuchu	EEEM Prof Orlando C. Gomes	66,66	Quinzenal
10	Feijão Macassar	EEEM Prof Orlando C. Gomes	30	Quinzenal
11	Frango	EEEM Prof Orlando C. Gomes	16,66	Quinzenal
12	Inhame	EEEM Prof Orlando C. Gomes	116,66	Quinzenal
13	Macaxeira	EEEM Prof Orlando C. Gomes	16,66	Quinzenal
14	Melão	EEEM Prof Orlando C. Gomes	33,33	Quinzenal
15	Ovos	EEEM Prof Orlando C. Gomes	25	Quinzenal
16	Pão Francês	EEEM Prof Orlando C. Gomes	16,66	Quinzenal
17	Tomate	EEEM Prof Orlando C. Gomes	100	Quinzenal